



**TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DE SERGIPE**

RELATÓRIO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

2023



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Acessibilidade e Inclusão

Relatório 2023

Aracaju

2024

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Ficha Técnica

Elaboração

Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade – NSA

Caroline Valeriano Damascena

Isabella Melo Aguiar

Comissão de Acessibilidade e Inclusão – CACIN

Presidente: Enilde Amaral Santos

Marcelo Gerard Almeida de Andrade

Carlos Alberto Viana Júnior

Oona Karina Mendes da Silva

Marcos Deumares da Silva

Gedalias Bastos Freire

Marcos Vinícius Santos Muniz Prado

Caroline Valeriano Damascena

Vinícius Tavares Fagundes Ferreira

Unidades Gestoras

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM

Assessoria de Planejamento – ASPLAN–SGP

Coordenadoria de Infraestrutura – COINF

Coordenadoria de Material, Patrimônio e Contratações – COMAC

Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços – COSER

Coordenadoria de Sistemas Corporativos – COSIS

Escola Judiciária Eleitoral – EJESE

Núcleo de Apoio às Sessões Plenárias - NAP

Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais – NIS

Núcleo de Transporte Institucional – NTI

Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade – NSA

Seção de Acompanhamento Funcional de Autoridades e Requisições – SEAUR

Seção de Apoio ao Usuário – SEAPU

Seção de Assistência à Saúde – SEASA

Seção de Contratos – SECON

Seção de Desenvolvimento de Competências – SEDEC

Seção de Gestão de Desempenho – SEGED

Seção de Manutenção Predial – SEMAN

Seção de Registros Funcionais – SEREF

Ouvidoria

Diagramação

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM

Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Presidente

Des. Diógenes Barreto

Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral

Desa. Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos

Juízes

Edmilson da Silva Pimenta

Hélio de Figueiredo Mesquita Neto

Dauquíria de Melo Ferreira

Breno Bergson Santos

Cristiano César Braga de Aragão Cabral

Procuradora Regional Eleitoral

Aldirla Pereira de Albuquerque

Diretor-Geral

Rubens Lisboa Maciel Filho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	8
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS	10
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	15
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Sustentabilidade e Acessibilidade – NSA coletou, junto às unidades gestoras, os dados acerca dos indicadores de acessibilidade e inclusão, conforme disposto na Resolução CNJ nº 401, de 16 de junho de 2021.

Para tanto, foi gerada e encaminhada planilha munida dos referidos indicadores para preenchimento pelas unidades competentes, por meio do processo SEI 0018738-87.2023.6.25.8000.

Desta forma, foram consolidadas as informações que delineiam o presente relatório.

VARIÁVEIS E INDICADORES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

1.1 MagP (PcD) – Quantidade de magistrados(as) com deficiência.

A Seção de Acompanhamento Funcional de Autoridades e Requisições – SEAUR informou que nenhum magistrado indicou ser pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

1.2 TPEft/TPI (PcD) – Quantidade de servidores(as) com deficiência.

A Seção de Assistência à Saúde – SEASA, informou que há 11(onze) servidores com deficiência em exercício no órgão.

1.3 TPSV (PcD) – Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência.

A Seção de Assistência à Saúde – SEASA, informou que não há servidores no órgão que atendam a descrição desse indicador.

1.4 TPFC (PcD) – Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.

A Seção de Assistência à Saúde – SEASA, indicou a existência de 10(dez) servidores no órgão com esse perfil.

1.5 TFAuxE (PcD) – Quantidade de estagiários(as) com deficiência.

A Seção de Gestão de Desempenho – SEGED, apontou que há 1(um) estagiário cego no tribunal.

1.6 TFAuxT (PcD) – Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.

Tanto a Seção de Apoio ao Usuário – SEAPU, quanto a Seção de Manutenção Predial – SEMAN, o Núcleo de Transporte Institucional – NTI, o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais – NIS e a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM, indicaram a inexistência de terceirizados com deficiência.

1.7 TFAuxC (PcD) – Quantidade de conciliadores(as) com deficiência.

Não se aplica.

1.8 TFAauxJL (PcD) – Quantidade de juizes(as) leigos(as) com deficiência.

Não se aplica.

1.9 TFAuxJL (PcD) – Quantidade de trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.

Não se aplica.

1.10 TFAuxV (PcD) – Quantidade de voluntários(as) com deficiência.

Não se aplica.

1.11 TPAuxApr (PcD) – Quantidade de aprendizes com deficiência.

Não se aplica.

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

A Seção de Desenvolvimento de Competências – SEDEC, informou que o órgão conta com 350(trezentos e cinquenta) servidores, dentre os do quadro efetivo, os que ingressaram por cessão ou requisição e os comissionados sem vínculo, tendo sido capacitados 2(dois) servidores com deficiência e 41(quarenta e um) servidores sem deficiência.

Assim sendo, a proporção de servidores com deficiência capacitados com relação ao total de servidores, ou seja, $2/350$, equivale a 0,0057. Seguindo o mesmo raciocínio, a fração de servidores sem deficiência capacitados sobre o total de servidores, isto é, $41/350$, corresponde a 0,117.

2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

A unidade responsável pela capacitação de servidores(SEDEC) comunicou a realização de 3(três) cursos sobre o tema discriminado, quais sejam:

- Seminário de Apresentação do Manual de Atendimento a Pessoas com TEA (transtorno do espectro autista);
- Acessibilidade Digital: Por quê?; e
- A Dimensão Social nas Licitações Sustentáveis.

2.3 Quantidade de vagas oferecidas em curso na temática de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ano-base.

A Seção de Desenvolvimento de Competências – SEDEC informou que foram ofertadas 51(cinquenta e uma) vagas para os cursos acerca da temática indicada.

2.4 QLibrasServ – Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.

A unidade responsável pela capacitação de servidores(SEDEC) comunicou a ausência de capacitação de servidores em Libras, no exercício 2023.

2.5 QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.

A Secretaria Judiciária(SJD) informou que 2(dois) terceirizados foram capacitados nessa temática.

2.6 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

A Seção de Desenvolvimento de Competências(SEDEC) apontou que dentre os 118 (cento e dezoito) gestores, 20(vinte) foram capacitados na temática sugerida, sendo a razão entre o quantitativo de gestores capacitados e o total de gestores da instituição correspondente a 20/118, ou seja, 0,17.

2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoa com deficiência.

A unidade responsável pela capacitação de servidores(SEDEC) apontou a inexistência de servidores(as) capacitados(as) para a finalidade indicada.

2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.

A Seção de Desenvolvimento de Competências(SEDEC) indicou a capacitação de 2(dois) servidores no exercício de 2023.

2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

A Coordenadoria de Segurança, Engenharia e Serviços(COSER) indicou ter sido capacitado 1(um) servidor, ocupante do cargo de Analista Judiciário – Apoio Especializado Engenharia, por meio do XXII Congresso Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia(COBREAP), realizado em 2023.

2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

Foram desenvolvidas 4(quatro) ações de sensibilização por este órgão, quais sejam:

- Divulgação por e-mail de conteúdo sobre o Dia Internacional do Cão Guia;
- Divulgação de matéria sobre a participação de colaborador com Síndrome de Down nas Eleições 2022;
- Campanha Abril Azul – divulgação através de e-mail acerca da Conscientização sobre o Autismo; e
- Difusão por e-mail da Lei Brasileira de Inclusão;

2.11 ACpi – Ações de promoção da inclusão.

Seguem as ações de promoção da inclusão desenvolvidas por esta instituição:

- Consultoria das Associações ASDV(Associação Sergipana de Deficientes Visuais) e ADEVISE(Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe) para avaliação e identificação de falhas de acessibilidade do site do TRE-SE;
- Vídeo de divulgação dos serviços de Intérprete de Libras para atendimento do eleitorado surdo;

- Aquisição de mouse por meio de movimento de cabeça para servidor com deficiência física; e
- Instalação de piso tátil nos acessos principais do TRE-SE.

2.12 Qcont.Libras – Promoção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.

Segundo informação oriunda da Coordenadoria de Material, Patrimônio e Contratações – COMAC, com o aval da Seção de Contratos – SECON, a proporção indicada por este indicador corresponde a $1/5$, ou seja, 0,2.

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

3.1 VAccess – Quantidade de Vídeos Produzidos Com Recursos de Acessibilidade.

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM informou que foram produzidos 86(oitenta e seis) vídeos com recursos de acessibilidade.

3.2 MAccess – Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social – ASCOM apontou a elaboração de 142(cento e quarenta e duas) matérias jornalísticas, nos moldes deste indicador.

3.3 A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?

A Ouvidoria do órgão informou que os canais de atendimento por telefone, balcão virtual(plataforma zoom) e WhatsApp(por chamada ou por áudio) são acessíveis às pessoas cegas.

Comunicou, ainda, que tanto o atendimento realizado no WhatsApp, por meio de mensagem de texto, quanto o efetuado por e-mail e por formulário eletrônico são acessíveis às pessoas surdas que sabem ler e escrever.

Assim sendo, os meios de comunicação alternativa disponibilizados pelo órgão atendem tanto a pessoas com deficiência visual quanto a pessoas surdas que sabem ler e escrever.

3.4 Proporção de eventos, presenciais ou à distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.

A instituição realizou 8(oito) eventos e houve a participação de intérprete de LIBRAS em todos eles. Dessa forma, a proporção de que trata o presente indicador é 8/8, ou seja, 1.

Seguem os eventos:

- **XI Fórum da Justiça Eleitoral de Sergipe**, promovido pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG);
- **Programa Eleitora e Eleitor do Futuro**, realizado pela Escola Judiciária Eleitoral (EJESE);
- **III Fórum de Enfrentamento à Desinformação**, promovido pela Comissão de Enfrentamento à Desinformação(CEDE);
- **Cerimônia de posse** da Presidente do TRE-SE;
- Palestra “**A saúde mental em risco: impactos do assédio no ambiente de trabalho**”, viabilizada pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e discriminação(CPEAD);
- Palestra “**Lei Brasileira de Inclusão: não-discriminação e tratamento adequado da pessoa com deficiência**”, também promovida pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e discriminação(CPEAD);
- **Cerimônia de Posse de Membro Titular** do TRE-SE; e
- **MosTRE-SE**, realizado pela Assessoria de Gestão(AGEST-DG).

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

O Tribunal Superior Eleitoral – TSE é o hospedeiro do sítio do TRE-SE e dos demais Regionais. Dessa forma, pela Justiça Eleitoral como um todo, é utilizado o sistema ASES, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, para avaliar o nível de acessibilidade do site e dos seus links. Com o ASES é possível tanto avaliar o nível de acessibilidade, como também corrigir possíveis problemas. Ele simula e corrige a acessibilidade de páginas, sites e portais, seguindo critérios e recomendações de organismos nacionais e internacionais em seus parâmetros de qualidade.

Fonte: <https://www.tse.jus.br/acessibilidades-tse>

4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoas com deficiência visual, acentuada ou total?

O TRE-SE oferece ao público, interno e externo, tecnologia assistiva através da ferramenta Rybená, que permite aos surdos, deficientes visuais, pessoas com deficiências intelectuais, idosos, disléxicos e outras pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, a possibilidade de entendimento dos conteúdos web. Essa tecnologia assistiva possibilita traduzir textos do português para libras e voz. Além do Rybená, podem ser utilizados os aplicativos de acessibilidade do Windows que disponibiliza narrador, lupa, alto contraste e teclado virtual.

Ademais, o TRE-SE faz uso do **NVDA** Leitor de Tela para Windows, para inclusão digital de pessoas com deficiência visual.

4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

O TRE-SE possui licença de utilização do software do Zoom Meetings para realização de videoconferência. O próprio aplicativo disponibiliza tecnologia assistiva para usuários com deficiência de mobilidade, oferecendo opções de acessibilidade do teclado e projetando interações que não exigem controle motor preciso; para usuários com deficiência visual, pois suporta configurações de alto contraste ou modo escuro, uso de cores e configurações maiores de tamanho de fonte; assim como, para as pessoas com deficiência auditiva é oferecida tecnologia assistiva, pois possibilita que os intérpretes de linguagem de sinais possam usar o recurso de fixação para manter a miniatura de vídeo sempre em exibição e também é possível lançar legendas automáticas nas reuniões.

Fonte: <https://explore.zoom.us/pt/accessibility/faq/>

A Plataforma Zoom disponibiliza alguns recursos para uso de pessoas com deficiência, a exemplo de acessibilidade pelo teclado, suporte a leitor da tela, transcrição automática, reorganização de vídeos, multidestaque e multifixação. No sítio do fabricante são listados todos os recursos:

<https://explore.zoom.us/pt/accessibility/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência sempre foi pauta do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, especialmente no tocante às Eleições, quando, no momento das vistorias dos locais de votação, é realizado minucioso trabalho de verificação da acessibilidade nos referidos prédios.

Outrossim, desde gestões passadas, o órgão conta com estacionamento provido do número legal de vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, localizadas próximo dos acessos à instituição, como também elevador adaptado, corrimãos, tanto em rampas quanto em escadas, e banheiros acessíveis.

Ademais, o órgão promoveu a instalação de piso tátil nos acessos principais do prédio-sede e adquiriu mouse por meio de movimento de cabeça para servidor com deficiência física.

Por fim, destaca-se o compromisso desta instituição com a pauta *acessibilidade e inclusão* por meio de investimento tanto em cursos de capacitação e ações de sensibilização e promoção na referida temática, quanto na produção de vídeos com recursos de acessibilidade, matérias jornalísticas e eventos, disponibilizados por meio acessível.